- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS -

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Embora haja relação entre os conceitos, racismo difere de preconceito racial e de discriminação racial. O preconceito racial é o juízo que se baseia em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. As ideias de que negros são violentos e inconfiáveis, de que judeus são avarentos ou de que orientais são "naturalmente" preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos.

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta.

A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda em lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça. Adilson José Moreira afirma que o conceito de discriminação direta "pressupõe que as pessoas são discriminadas a partir de um único vetor e também que a imposição de um tratamento desvantajoso requer a existência da intenção de discriminar". Por isso, conclui Moreira, o conceito de discriminação direta é "incompleto" para lidar com a complexidade do fenômeno da discriminação.

Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada — discriminação de fato —, ou sobre ela são impostas regras de "neutralidade racial", sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas — discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso. A discriminação indireta é "marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas. Isso pode acontecer porque a norma ou prática não leva em consideração ou não pode prever de forma concreta as consequências da norma.", segundo Moreira.

A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social — o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material — é afetado.

Silvio Almeida. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019, p. 22-23 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no texto apresentado e seus aspectos linguísticos, julgue os seguintes itens.

- 1 O sentido e a correção gramatical do primeiro período do quarto parágrafo seriam mantidos caso o trecho "sem que se leve" fosse alterado para **sem se levar**.
- 2 De acordo com o texto, o preconceito racial se distingue da discriminação racial porque aquele não necessariamente implica a execução de ações discriminatórias contra pessoas em função de seu grupo racial.
- **3** As práticas de discriminação racial diretas e indiretas resultam da estratificação social, conforme o último parágrafo do texto.
- 4 Depreende-se do texto que um dos motivos por que Adilson José Moreira julga incompleto o conceito de discriminação direta para tratar da complexidade das ocorrências de discriminação consiste em esse conceito desconsiderar práticas involuntárias de discriminação racial.
- **5** É correto inferir das ideias veiculadas no texto que ocorre discriminação indireta quando normas ignoram as especificidades de determinadas minorias e, assim, acabam por prejudicá-las.
- **6** O vocábulo "Portanto" (segundo período do segundo parágrafo) introduz uma explicação, por isso substituí-lo por **Pois** manteria a coerência das ideias do texto.
- 7 Entende-se do texto que há mais de uma relação entre os conceitos de preconceito racial e discriminação racial, logo seria apropriado substituir, no primeiro período do primeiro parágrafo, "relação" por relações, desde que a forma verbal "haja" fosse flexionada no plural hajam —, mantendo-se, assim, a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 8 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o segmento "um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada" (primeiro período do quarto parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte maneira: um processo cuja situação específica de grupos minoritários é ignorada.
- 9 Os usos das aspas têm finalidades distintas em 'incompleto' (último período do terceiro parágrafo) e 'neutralidade racial' (primeiro período do quarto parágrafo).
- 10 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo "que", em "que pode ou não resultar em práticas discriminatórias", retoma "O preconceito racial".

Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 11 O ajuizamento da ação por Maria configura controle judicial.
- 12 No caso, há responsabilidade civil por omissão do Estado, pois Caio, atuando na qualidade de agente do Estado, descumpriu o dever legal de praticar o ato.
- **13** Certidão é ato administrativo que declara a existência ou inexistência de atos ou fatos administrativos.
- 14 Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.
- 15 Cargos em comissão são ocupados transitoriamente por agentes públicos nomeados e exonerados livremente pela autoridade competente, sem necessidade de realização de concurso para ingresso no serviço público.
- **16** A apreciação do recurso pelo chefe de Caio representa controle da administração pública mediante exercício do poder hierárquico.
- 17 Eventual aplicação de pena disciplinar a Caio em razão da denúncia à corregedoria da autarquia será exemplo do exercício do poder de polícia administrativo.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988.

- **18** Compete à câmara municipal dar início ao processo legislativo relativo à fixação dos subsídios dos secretários municipais.
- 19 Os serviços públicos de interesse local são de competência dos municípios, que deverão prestá-los ou diretamente ou sob o regime de concessão.
- 20 O texto constitucional garante o livre exercício de todo e qualquer trabalho, não havendo óbice para que a lei estabeleça requisitos para o exercício de determinadas profissões.
- 21 A natureza do delito não pode ser utilizada como critério para a determinação do estabelecimento prisional no qual o condenado deverá cumprir a pena.

Considerando a disciplina constitucional relativa à administração pública, julgue os itens a seguir.

- **22** A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira pode ser fixada por meio de subsídio.
- 23 O servidor público que, investido em cargo efetivo da administração pública direta federal, for eleito vereador não poderá receber a remuneração daquele cargo.
- **24** Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário não podem ultrapassar os pagos pelo Poder Executivo.

Julgue os seguintes itens, relativos ao Windows 10, ao Microsoft Office 365 e a aspectos de segurança da informação.

- **25** No Microsoft Office 365, o Teams possui proteção antivírus nativa como recurso de segurança que ajuda a proteger o computador, filtrando o tráfego de rede durante a conversão entre usuários no *chat*.
- 26 No Microsoft Office SharePoint, é possível compartilhar arquivos em um grupo de usuários, de forma *online*, e criar *site* para conectar uma equipe de forma que seus membros colaborem em projetos, por exemplo, para acompanhar calendário compartilhado de tarefas gerenciadas.
- 27 A funcionalidade Sensor de Armazenamento do Windows 10 pode liberar espaço de unidade de armazenamento do usuário automaticamente, eliminando, entre outros, arquivos temporários e itens da Lixeira.

Julgue o próximo item, relativo à ciência de dados.

28 A governança da informação é uma abordagem que visa gerenciar, criar, compartilhar e armazenar informações.

Julgue os itens a seguir com base na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e na Lei n.º 14.129/2021, que dispõe sobre o governo digital.

- 29 De acordo com a Lei n.º 14.129/2021, o acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, ou seja, sem necessidade de mediação humana.
- 30 Dados pessoais acerca de convição religiosa ou opinião política têm proteção absoluta na LGPD e seu tratamento somente poderá ocorrer mediante consentimento expresso do respectivo titular, para finalidade específica.

Espaço livre